STMC
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPINAS
CTB
Fone: (19) 3236.0665
www.stmc.org.br
SEDE: RUA JOSÉ TEODORO DE LIMA, 49, CAMBUÍ, CAMPINAS
Março/2016

Campanha Salarial 2016

Pauta Econômica:

Proposta:

23%

Seguro de Vida

Hospital do Servidor (a) Público

Vale Nutricional: R$ 1.017,00

Vale Alimentação: R$ 1.017,00

Pauta Específica dos Segmentos:

Aposentados e Pensionistas:

1. Vale Nutricional no valor de R$ 1.017 - para todos os aposentados e pensionistas.

Guarda Municipal:

1. Aposentadoria Especial (regulamentação);
2. Aposentadoria com uma função acima do posto imediato;
3. ARV de 50% (de forma linear) do vencimento base do maior cargo de carreira;
4. Adicional Motorista;
5. Combate aos abusos da Corregedoria e das Chefias;
6. Progressão vertical;
7. Cumprimento da Portaria 01/2015.

Agentes Comunitários de Saúde

1. Pagamento da insalubridade;
2. Repasse do adicional de produtividade do Ministério da Saúde (MS);
3. Curso técnico para os ACSs (Conforme estabelecido pelo MS). Reconhecimento do curso já existente em outras instituições de ensino reconhecidas pelo Governo Federal;
4. Regulamentação de Lei Municipal, com repasse integral para os funcionários das unidades de saúde, vinculados ao ESF, da verba recebida do PMAQ;
5. Criação do PCCS específico aos agentes comunitários de saúde;
6. Garantir o pagamento do Vale Alimentação integral em casos de LTS e licença gestante.

Cidadania, Assistência e Inclusão Social:

1. Reconhecimento do direito retroativo aos assistentes Sociais à jornada de 30 horas semanais, desde a Promulgação da Lei Federal 12.317(26/08/2010) com pagamento em pecúnia;
2. Melhores condições de trabalho para todas as áreas da Secretaria de Assistência Social.

Quadro Operacional:

1. Revisão do piso salarial;
2. Aquisição de uniformes com tarja refletiva, para visualização e proteção dos funcionários que trabalham nas ruas e protetor solar em todos os setores de trabalho;
3. Pagamento de insalubridade e/ou periculosidade fazendo revisão dos critérios conforme NR 15/16;
4. Concurso público urgente para repor funcionários no quadro operacional, substituindo terceirizado e reeducando;
5. Cursos oferecidos pela Prefeitura através da EGDS sejam também estendidos ao quadro operacional;
6. Banheiros químicos disponíveis em todas as regionais para ser transportado nos trabalhos de rua;
7. Programa de combate a dependência química.

Saúde:

1. Redução de jornada para 30 horas;
2. Revisão, reajuste do índice, isonomia do ICV/prêmio de produtividade para toda a equipe de saúde;
3. Revogação do Decreto 16.673/09.06.2009 das abonadas da Saúde;
4. Concurso público atendendo o dimensionamento proporcional estabelecido pelo Ministério da Saúde;
5. Permanência do efetivo de segurança pública municipal nos PAs, Hospital e CSs, devido ao alto índice de agressões;
6. Cumprimento da NR32 (que estabelece condições de trabalho em todas as unidades de saúde – Prioridades, entre elas EPIs completo dos AACAs)
7. Contratação imediata de 03 Técnicos de Raio-X por plantão nos PAs e HMMG;
8. Regulamentação de férias semestrais para os Técnicos de Raio-X de 20 dias de acordo com a Lei Federal 1234/50;
9. Retorno do desconto na CAMPREV sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade;
10. Cumprimento da Resolução 11/2011 do CONTER; Referente a supervisão técnica.
11. Implantação da Radiologia Digital;
12. Regulamentação da redução da carga horária de 24 para 20hs semanais para os Técnicos em Raio-X sem redução de salário;
13. Alteração do valor pago para etapa dengue proporcional a 60% da etapa de vacinação (AACAs);
14. Revogação da Resolução 02 (Dez/2014).

Cultura:

1. Rebatedores para os naipes de trompas e contrabaixos;
2. Ajuda de Custo para conservação dos instrumentos de uso próprio que são utilizados na Orquestra Municipal de Campinas;
3. Seguro ou garantia correspondente aos instrumentos próprios de uso particular nas apresentações da OSMC;
4. Uniformes para a OSMC.

Dia 01/03/2016 tem Assembleia Geral no Paço Municipal
Horário: Primeira Chamada às 17h e Segunda Chamada às 17h30.

Educação:

1. Reformulação do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério transformando em Planos de Cargos e Carreiras da Educação, para que nele conste todos os profissionais da Educação: Especialistas, Professores e Monitores/Agentes de Ed. Infantil, buscando o reconhecimento acadêmico e valorização destes profissionais, tendo como parâmetro o cargo de PEB I no que diz respeito também aos direitos. Definindo uma nomenclatura alternativa para os cargos de Monitores/agentes de Educação infantil aos que tenham formação acadêmica;
2. Inclusão dos professores estáveis concursados TJEs no regime único e no sistema previdenciário CAMPREV;
3. Garantia de docência em sala de aula aos professores TJEs, em conformidade a decisão do TJ;
4. Remoção anualmente para o quadro de apoio;
5. Cumprimento imediato da Lei do piso 11.738/08 (no que se refere à jornada) – Professores;
6. Reconhecimento da aposentadoria especial para todos os especialistas da Educação;
7. Garantir que cada especialista tenha um único local de trabalho por Centro de Custo;
8. Revisão e respeito do módulo dos agrupamentos com estabelecimento de critérios sobre o número de alunos/adultos de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005, incluindo todos os módulos;
9. Atuação apenas e tão somente (aos professores adjuntos) em substituição do Professor Titular do Componente Curricular específico em que possua habilitação e para o qual prestou Concurso;
10. Ampliação anual da jornada (aos professores adjuntos) de até pelo menos 24/32 em um único período para todos os professores (as) adjuntos (as) que estiveram em substituição da jornada do titular, garantido até o final do ano letivo com publicação no Diário Oficial;
11. Garantia de transparência no processo de atribuição de aulas dos professores adjuntos e TJEs, em especial as que ocorrem no decorrer do ano, com publicação de todas as vagas disponíveis com antecedência, seguindo rigorosamente a ordem de classificação e demais pressupostos legais;
12. Lotação do professor adjunto, em situação de apoio, em um bloco de no máximo 3 escolas próximas geograficamente, não mais em NAEDS;
13. Reconhecimento e aplicação do direito ao processo de Remoção Anual aos professores adjuntos, conforme já ocorre com os Professores Titulares;
14. Redução de jornada de trabalho para 30 horas semanais para o quadro de apoio;
15. Seja reconhecido o direito ao adicional de insalubridade para Agentes de Educação/Monitores e Quadro de Apoio;
16. Enquanto não tenha concurso público para cuidadores que os mesmos sejam para todos os alunos com deficiência da escola.

SETEC:

1. Revisão do PCCV da SETEC;
2. Contemplação de tempo de casa no enquadramento do Plano de Cargos e Salários da SETEC;
3. Aposentadoria especial para os Servidores de Cargos com função insalubre;
4. Concurso Público geral para todos os cargos;
5. Criação da brigada de incêndio;
6. Reforma e adequação do arquivo morto;
7. Retorno imediato ao cargo de origem aqueles que estão em disfunção de cargo;
8. Divisor do cálculo para achar o valor hora para efeito do pagamento da hora extra, hora escala e adicional noturno;
9. Redução da alíquota de desconto do vale transporte de 3% para 1,5%;
10. Chamamento dos aprovados no Concurso Público da SETEC;
11. Exames médicos ocupacionais aos servidores públicos, anualmente (PCMSO);
12. Reativação da Cipa;
13. Adicional de risco aos agentes de fiscalização;
14. Revogação parcial da Resolução nº5/2009.

Esporte e Lazer:

1. Contratação de salva-vidas por meio de concurso público – cumprimento do Decreto 12.128/1996;
2. Pagamento da insalubridade e ou periculosidade como reconhecimento dos agentes causadores, tais como: Físico, Químico e Biológico;
3. Retorno na classificação do Plano de Cargo categoria C, considerando Curso específico de primeiros socorros;
4. Habilitação de ARRAIS, para todos os salva-vidas;
5. Adequação das piscinas públicas em acordo com NBR 11238.

FUMEC:

1. Participação dos Trabalhadores na elaboração das resoluções da FUMEC;
2. Eleição para todos os assentos nos conselhos que a Fumec participa;
3. Implantar o sistema do conta escola nas regionais descentralizadas;
4. Que os agentes de Apoio sejam incluídos no revezamento do recesso escolar;
5. Avaliação das condições dos agentes e professores que estão prestando exercícios nas escolas da rede;
6. Continuidade da participação de trabalhadores e Sindicato nas discussões da Comissão de Discussão e acompanhamento da gestão pedagógica e administrativa da Fumec;
7. Redução de jornada de trabalho para 30 horas semanais para o agentes de apoio;
8. Que os agentes de apoio que prestam serviços em mais de uma unidade, sejam respeitados a regional e a distância mínima entre os locais.

Pauta Geral:

1. Reformulação do DPSS retomando os princípios da UST onde os trabalhadores ativos e restritos tenham tratamento humanizado com respeito; com medidas de promoção à qualidade de vida e saúde do servidor, com:

(a) Serviços médicos e psicológicos;

(b) Programa de combate a dependência química;

(c) Programa de reinserção do servidor pós-licenças de longo prazo.

2. Regulamentação do direito a Aposentadoria Especial referente a atividades com exposição a agentes de risco (Saúde, Operacional, GM e outros);
3. Revisão geral do PCCV - reenquadramento com piso integral a todos os Técnicos em Raio-X, enquadramento dos Técnicos em Farmácia e Auxiliar de Saúde Bucal, e inclusão dos Agentes Comunitários de Saúde e dos TJEs no PCCV;
4. Concursos Públicos para todas as secretarias, autarquias e fundações. Fim do processo de terceirização e precarização na PMC, não à implantação dos projetos de privatização e gestão compartilhada no serviço público municipal;
5. Usufruto do pagamento da licença prêmio conforme art. 120 do Estatuto do Servidor;
6. Pagamento correto da sexta parte sobre todos os vencimentos;
7. Plano habitacional que atenda a realidade financeira do trabalhador, principalmente para quem ganha o piso;
8. Subsídio aos trabalhadores que utilizam transporte na RMC;
9. Correção do fator divisor de 216 para 180 para todos os efeitos de pagamento das horas extras, escalas, adicional noturno e sobreaviso*;
10. Subsídio para aperfeiçoamento educacional do servidor e cursos de qualificação para todas as categorias /PROCAMPS;
11. Resgatar a CIPAS;
12. Estudo sobre as disfunções no quadro funcional da PMC, autarquias e Fundações;
13. Retirada das faltas injustificadas das paralisações em 2013;
14. Que seja garantido o direito a licença sem vencimento;
15. Garantia de protocolar documentos/títulos sem a necessidade de autenticação em cartório;
16. Revisão do valor do piso em relação ao teto;
17. Transparência nos processos administrativos individual;
18. Adicional de penosidade;
19. Revogação da resolução 02/12/2014;
20. Revogação do Decreto 15.207/05 referente a caducidade de pedido da licença prêmio;
21. Redução da alíquota de desconto do vale transporte de 3% para 1,5%.

WWW.STMC.ORG.BR

CURTA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK

Twitter